

A FRONTEIRA OESTE: URUGUAIANA NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Ronaldo B. Colvero¹

O RIO GRANDE DE SÃO PEDRO

O Rio Grande do Sul nasceu em um contexto de disputa entre duas potências européias: Portugal e Espanha, que se estabeleceram na América do Sul atraídas pelas riquezas minerais e naturais, que geravam dividendos para ambas as coroas. Os padres da Companhia de Jesus fizeram parte da ocupação do território sul-riograndense, pois se estabeleceram no Rio Grande do Sul, onde lutaram contra os bandeirantes que vinham em busca de mão-de-obra. Procurava-se escravizar o índio e saquear suas aldeias, coisa que começou a ser evitada pelos padres jesuítas a partir de sua instalação em solo sul-americano.

São Paulo, ou melhor, Capitania de São Vicente, com as incursões bandeirantes, tornou-se uma área especializada no aprisionamento e venda de gentios, mas ao contrário do que se pensava antes, este não ia para a região açucareira, como mão-de-obra escrava, e sim, segundo estudos de John Monteiro, ficava na própria província de São Vicente como mão-de-obra nas fazendas.²

Segundo Júlio Quevedo e José Tamanquevis: “O Jesuíta representava uma ameaça, pois disputava a mão-de-obra indígena; os luso-brasileiros queriam escraviza-los, enquanto os jesuítas queriam cristianiza-los e especializa-los em uma profissão para a autodefesa.”³

Com o ataque dos luso-brasileiros e os interesses dos espanhóis, os jesuítas se viram obrigados a migrar para o sul, penetrando em território rio-grandense em 1626, na chamada

¹ COLVERO, Ronaldo B. Professor da Universidade da Região da Campanha, Câmpus São Borja e Itaqui – RS. Mestrando pelo PPGH da Universidade de Passo Fundo.

² Ver em MONTEIRO, John. *Os negros da terra*. São Paulo: Editora Terra, 2000.

³ QUEVEDO, Júlio; TAMANQUEVIS, José C. *Rio Grande do Sul: aspectos da história*. 4.ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1995. p.16.

zona do “Tape”.⁴ A partir daí, fundaram reduções, sendo que essas penetrações em território rio-grandense se deram sob bandeira espanhola, pois os primeiros jesuítas vieram para a América sob comando da Coroa Espanhola e assim, a sua estabilização temporária na região sul se deu justamente a uma estratégia geopolítica⁵ espanhola dentro do continente americano.

A partir de 1680, com a fundação da Colônia do Sacramento, em frente ao porto de Buenos Aires, e o retorno dos Jesuítas ao local de suas antigas reduções, deixava claro que as Nações Ibéricas estavam interessadas de permanecer definitivamente nesta região, iniciando assim um processo de conflito político, militar, econômico, religioso. O objetivo luso era intervir no comércio espanhol, pois vinha sofrendo duras perdas desde 1640, quando do término da União Ibérica.⁶

A partir de 1640, o contrabando tem uma ascensão na região do Prata, onde os portugueses através da Colônia do Santíssimo Sacramento, tinham um comércio intenso de manufaturas, principalmente inglesas, o que vai deixar os espanhóis desgostosos e em 1680 vão atacar o reduto português porque os índios acreditavam que a região pertencia aos domínios espanhóis, e portanto, ao seu rei.

O Prata foi, durante todo o período colonial no continente americano, o mais importante ponto de contato entre as colônias espanholas e portuguesas. De fato, os conflitos e os intercâmbios – lícitos e ilícitos – entre essas duas colonizações não foram tão significativos no restante da imensa fronteira entre o Brasil e os *virreynatos* da América do Sul espanhola, como na bacia do rio da Prata, onde se mostraram inúmeros e constantes.⁷

Durante e posteriormente a este período as condições de diálogo entre os espanhóis, os luso-brasileiros e os guarani-missioneiros na região do Prata encontrava-se em situação de abalo, quase que insustentável, pois tínhamos “espionagem, táticas, armamentos, avanços,

⁴ PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História do Rio Grande do Sul*. 8. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997. p.8. (Série Revisão, 1). Tape era a área que se estendia pela bacia do Jacuí, limitando-se, por um lado dos contrafortes das Serras do Mar e Geral e com o Rio Uruguai, por outro.

⁵ A geopolítica se diferencia das demais geografias pelo princípio de dinamismo, ou seja, utiliza os dados geográficos cruzados com a ação política do Estado, internamente e externamente. No entanto, não tem o fim de buscar idéias abstratas e universais sobre diversos aspectos, mas achar elementos para promover uma discussão da atuação política do Estado tanto no âmbito interno quanto internacional. Friederich Ratzel, foi o grande precursor e inspirador das geopolíticas desenvolvidas por muitos Estados na busca de sua hegemonia capitalista. Este comparava o Estado a um organismo vivo, sujeito às leis naturais. Ver mais em SILVEIRA, Helder Gordim da. *Argentina X Brasil: a questão do Chaco Boreal*. Porto Alegre: Edipucrs, 1997.

⁶ Ver mais em QUEVEDO, Júlio. *Guerreiros e Jesuítas na Utopia do Prata*. São Paulo: Edusc, 2000.

⁷ CAMARGO, Fernando. *O Malón de 1801*. Porto Alegre: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Tese para obtenção de Grau de Doutor em História. Dez. 1999. p.08.

retrocessos, roubo ou pilhagem de gado, contrabando, eram elementos rotineiros no processo de expansão e ocupação da região”⁸.

A partir deste contexto é que os monarcas das duas Coroas irão assinar em 1750 um novo tratado, com objetivos políticos, econômicos e geográficos, o Tratado de Madri⁹. Sendo uma “zona economicamente rica e constituindo ameaça política à segurança das monarquias ibéricas, a região dos Sete Povos foi colocada em pauta nas disposições do Tratado de Madri [...]”¹⁰.

Em 1760, com a necessidade de conceder maior poder de decisão e autonomia, foi criada a Capitania do Rio Grande de São Pedro, com sede em Rio Grande mas ainda subordinada ao Rio de Janeiro.

No ano de 1761, é assinado entre Portugal e Espanha o Tratado de El Pardo, que não anula completamente o de Madrid, mas devolve as Missões Jesuíticas ao domínio espanhol, e a Colônia do Sacramento à Portugal.

Devido à guerra dos sete anos na Europa, as Coroas Ibéricas novamente se atacavam na América. Mesmo com a paz, pelo menos provisoriamente na Europa, em 1777 a terceira ofensiva castelhana, que tomou a Ilha de Santa Catarina e novamente possuiu a Colônia de Sacramento, fez com que fosse assinado um novo Tratado em 1777, o de Santo Ildefonso. Este tratado tinha por objetivo a troca das Missões e da Colônia do Sacramento pela Ilha de Santa Catarina, bem como a renúncia da navegação dos rios da Prata e Uruguai por parte de Portugal.

Depois de vários tratados e tentativas de ocupação territorial, o que valia mesmo era o *uti possidetis*, e era isso o que Portugal fazia rapidamente quando viu que as

⁸ QUEVEDO, Júlio. Op. cit. p. 157-158.

⁹ O tratado continha três artigos fundamentais para a redefinição do espaço, que objetivavam reduzir o contrabando, criar uma zona neutra e fortalecer o equilíbrio entre as duas nações ibéricas e seus domínios. Ainda segundo o tratado, caberia à Espanha a zona portuária do Prata, enquanto Portugal dominaria o interior e grande parte da hidrografia. O tratado também redimensionou a função e o espaço das Missões na região, inserindo-as na zona neutra como elemento mantenedor da fronteira. O papel beligerante de Sete Povos foi bastante reduzido em função do propalado equilíbrio, sendo entregues aos luso-brasileiros. Ver mais em QUEVEDO, Júlio. Op. cit. p.159.

¹⁰ PESAVENTO, Sandra Jatahy. Op. cit.

terras ao sul deveriam ser garantidas para participar do lucrativo comércio platino, para onde as vistas de muitos países já havia se voltado há algum tempo.

No ano, 1801, os portugueses tendo a frente o estancieiro Manuel dos Santos Pedroso, juntamente com José Borges do Canto e mais alguns homens, conquistaram as Missões orientais e fizeram com que começasse a definir-se então, a fronteira oeste do Rio Grande do Sul.

Desde a primeira incursão missioneira nos campos sul-riograndenses, que à época pertenciam ao Reino de Espanha, já se percebia uma incipiente forma de comercialização com as Buenos Aires e Montevideú através das navegações feitas pelos rios Uruguai, Paraguai e Paraná.

URUGUAIANA SURGE NA FRONTEIRA

A Coroa portuguesa começou a doar terras a partir dos seus governadores nesta província, para militares, em sua maioria, e até mesmo estancieiros que já viviam nesta região oeste mas sem nenhum documento oficial de posse. A partir de 1814, inicia-se o processo de concessões de terras na região, onde hoje encontramos o município de Uruguaiana, através do regime de sesmarias.

O povoamento da região da campanha deu-se pela necessidade de fixação de território com a distribuição de grandes extensões de terras voltadas para a criação do gado, pois como afirma Roche:

A formação de uma sociedade essencialmente rural teve por base a apropriação da terra, que se realizou no Rio Grande, como no resto do país, sob o regime de latifúndios. A unidade de medida era a légua de sesmaria (43 quilômetros quadrados), e as primeiras concessões de terra foram, em média, de 129 quilômetros quadrados cada uma.¹¹

O Governo do Rio Grande do Sul, então, dava subsídios para a instalação de colonizadores estrangeiros e empresários em determinadas regiões do Estado, continuando,

¹¹ FONSECA, Pedro C. Dutra. *RS: economia e conflitos políticos na república velha*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983. p.51.

legalmente a doar terras para o estabelecimento desses cidadãos, o que não ocorria em São Paulo, aonde a massa estrangeira vinda para trabalhar nas lavouras de café era assalariada e não recebia terras, justamente para não poder iniciar uma economia paralela a do café.¹²

Em 1º de fevereiro de 1821, nas margens do Arroio Guarapuitã (até nossos dias conhecido por este nome), veio Saint-Hilaire encontrar alguns acampamentos, como podemos perceber no trecho a seguir:

Prosseguindo a caminhada, deparamos um pequeno curral e alguns homens que, com a nossa presença, esconderam-se entre as árvores. Meus empregados deduziram logo serem insurretos espanhóis; mas, não entendendo porque teriam vindo estabelecer-se nesses desertos, pensei que poderiam ser antes alguns índios refugiados recentemente desse lado do rio Uruguai”¹³.

No entanto, como afirma o próprio Saint-Hilaire:

Demos com o curral e algumas barracas, mas ninguém apareceu. Soube pelo vaqueano, chegado ontem à noite, que era este o local da guarda, mas, provavelmente, ela fôra retirada; ninguém se apresentou à nossa aproximação e, como eu previra, alguns índios tomaram o lugar dos soldados.”¹⁴

Tendo sido esta a localização da guarda de Sant’Ana, acreditamos que a povoação que ali se desenvolveu, deu origem à vila e depois cidade de Uruguaiana, transferida para o local atual em 1843. A partir da formação da vila de Uruguaiana é que tivemos o estabelecimento das instituições políticas, econômicas e sociais neste novo porto farroupilha. A Câmara Municipal, por exemplo, foi instalada no ano seguinte à sua elevação à vila, em 1847.

Durante todo o tempo em que estavam sendo feitas as tratativas para se saber onde seria estabelecida a nova povoação, tanto os farroupilhas quanto os imperialistas já haviam entrado em negociações com os países vizinhos, Uruguai e Argentina, por diversas vezes para se estabelecer as fronteiras entre os três países, no entanto, em 1843 não havia ainda conseguido a demarcação das fronteiras sulinas.

¹² Verificar em ZARTH, Paulo Afonso. *História agrária do Planalto Gaúcho: (1850-1920)*. Ijuí: Unijuí, 1997. p.71.

¹³ SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Trad.: Adroaldo Mesquita da Costa. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1997. p.240.

¹⁴ Idem.

“Entende-se por demarcação a fixação de domínios diferenciados do conhecimento [...] e a demarcação explicita-se através do que é o seu conteúdo, quer dizer pela identificação dos domínios do conhecimento.”¹⁵ No entanto, a definição inicial deste espaço fronteiriço se dá inicialmente a partir da fronteira política e, “mais exactamente, a versão que dela então propõe o Estado-Nação.”¹⁶

Uruguaiana ou, a Capela Curada de Uruguaiana, surgiu de uma iniciativa farroupilha, quando a capital se encontrava em Alegrete em 1843. Qual seria o intuito dos políticos farroupilhas em fundar uma povoação às margens do rio Uruguai? Será que tinham intenção de fundar o primeiro porto farroupilha para a obtenção de contato direto com o Prata, sendo isto economicamente e politicamente importante?

Eclodiu em 1835 a Revolução Farroupilha e então, na visão dos governantes uruguaios, não se tem mais o Império como principal ameaça a fixação dos limites, mas a nova república que estava tentando se consolidar no cenário sulino. Por isso, antecipando-se a qualquer investida dos farrapos sobre os territórios uruguaios, Oribe e Rosas, inimigos ferrenhos do Império, tentaram de diversas formas instrumentalizar os farrapos, para unir, através de diversos projetos, desde Santa Catarina até a Mesopotâmia argentina os territórios afim de se fortalecerem como uma nação independente.¹⁷

Com o intuito de se fortificar e futuramente fixar os limites com a Banda Oriental, o Império cria uma comissão encarregada de analisar todos os documentos e processos, os quais fossem necessários, para avaliar a melhor maneira e o melhor momento para se intervir de forma a garantir as fronteiras do sul e do oeste. A notável intenção do império era de preparar-se diplomaticamente para garantir uma possível fixação de fronteiras através de uma geopolítica eficaz para evitar o contato bélico com os vizinhos.

Com certeza, a diplomacia foi um ponto a favor do Brasil em várias ocasiões e a questão da demarcação das fronteiras foi mais um exemplo disso. Em meio a tantas

¹⁵ GIL, Fernando *apud* MARTINS, Rui Cunha. Fronteira, referencialidade e visibilidade. In: *Estudos Ibero-americanos*. Revista do Departamento de História. Porto Alegre: PUCRS, ed. Esp., n.1, 2000. p.7.

¹⁶ MARTINS, Rui Cunha. *Idem*. p.10.

¹⁷ MAGNOLI, Demétrio. *O corpo da pátria*. Imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912). São Paulo: Unesp/Moderna, 1997. p.153, 158 e 162.

convulsões que estavam atormentando a vida platina, desde a queda de Rivera até o bloqueio do Prata pelos franceses durante o governo de Oribe, que tinham também repercussão no Brasil e sob a insistência do ministro Carlos Villademoros para dar seqüência aos tratados de delimitação, a comissão brasileira resolveu adiar por mais tempo as iniciativas a serem tomadas.¹⁸

Rivera, o caudilho oriental, em 1838 fixou dois tratados com os revolucionários farroupilhas para conseguir apoio na sua intenção de retornar a Montevideú. No entanto, ao mesmo tempo que tratava com os farroupilhas, entrava em conversação com os imperiais, fazendo um jogo duplo para se beneficiar, como o tratado preliminar de Piratini, onde receberia auxílio para depor Oribe e como retribuição cederia cavalos e armas, sem contar que abriria o porto de Montevideú ao comércio com a República Rio-grandense. Esses tratados nunca se efetivaram, pois Rivera tomou posse de Montevideú ao mesmo tempo que os farroupilhas tomariam Rio Grande, o principal porto da Província e de fundamental importância para a manutenção da República Farroupilha.¹⁹

Os farroupilhas ficaram “a ver navios” porque não tiveram o apoio de Rivera que fora subornado pelo Império a fim de que não se cumprisse o tratado de Canguê, último feito entre Rivera e a República Farroupilha, onde o primeiro reconheceria a independência desta última e, ao mesmo tempo, os farroupilhas expulsariam os oriberistas e imperiais do território oriental.

Não podemos dissociar as questões sociais e políticas desse âmbito de nossa análise, pois estes fatores tiveram influência direta nos tratados, acordos, súmulas e decisões pelas quais se infiltrava cada vez mais na vila e depois cidade de Uruguaiana, o comércio diretamente interligado com vários países da Europa e da América através do seu porto.

OS TRATADOS DE LIMITES ENTRE BRASIL, URUGUAI E ARGENTINA

¹⁸ GOUVEIA, Maurílio de. *Marquês do Paraná, um varão do Império*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1962. p.172 e 174.

¹⁹ Conforme VIANA, Hélio. Op. cit. p.138-139; SPALDING, Walter. *A epopéia farroupilha*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1963. p.355-359.

Vinte e dois anos depois da criação da República Oriental do Uruguai, os Tratados de 12 de outubro de 1851, marcaram um ponto importante da história, tanto do Rio Grande do Sul quanto do Uruguai, pois é através destes Tratados que teremos a delimitação dos espaços geográficos do sul do Brasil.

O Tratado de Aliança, no seu 1º artigo dizia que tinha “o fim de manter a independência e pacificar o território da mesma República”, coisa que a República Oriental do Uruguai há muito tempo vinha buscando, e principalmente a obtenção de proteção por parte do Brasil.

Em 1852, foi eleito um novo presidente para o Uruguai, já pacificado, João Francisco Giró. No mês de março, o Ministro brasileiro Hermeto Carneiro Leão, pediu ao governo uruguaio que desse conta de cumprir as cláusulas dos tratados de 1851.

A 23 do mesmo mês, o Ministro de Relações Exteriores do Uruguai disse que recebeu,

ordem par [sic] declinar a exequibilidade dos ajustes que contêm os ditos Tratados, porque em sua órbita constitucional só lhe é permitido levar a imediata execução aquelas leis que o sejam, porque se conformam às condições da Lei fundamental do Estado.²⁰

Nota-se então, uma tentativa de retroceder no que havia sido disposto nos tratados de 12 de outubro de 1851, mas a resposta dada pelo Sr. Carneiro Leão foi taxativa, exigindo três dias para o cumprimento de tais tratados, pois o Uruguai já havia pedido ajuda à vizinha Argentina. Interessante recordamos que a própria Argentina era um dos principais pivôs da realização dos acordos entre Brasil e Uruguai, pois este último temia perder sua independência justamente para o poder argentino.

Vê-se como as uniões políticas e ajudas mútuas variavam ao sabor dos ventos, em um período tão curto, mas acima de tudo podemos perceber o poder coercitivo que o governo Imperial brasileiro tinha sobre os demais governos do Prata.

²⁰ DOCCA, Souza. *Limites entre o Brasil e o Uruguai*. Rio de Janeiro: Oficina Gráfica, 1939. p.64.

O primeiro tratado feito entre o Império Brasileiro e a Confederação Argentina que fazia considerações sobre as fronteiras dos dois Estados foi celebrado em 7 de março de 1856 e foi denominado Tratado de Amizade, Comércio e Navegação. Este tratado foi assinado pelo Ministro do Exterior da Confederação, Juan Maria Gutiérrez, e o Visconde de Abaeté, pela parte do Brasil. No entanto, em 1750 com o Tratado de Madri ficavam definidas as linhas divisórias a partir do rio Ibicuí, mas este tratado havia sido assinado entre as duas Coroas Ibéricas: Portugal e Espanha, não entre os Estados Nacionais brasileiro e argentino.

No tratado de 1856 estavam contidas algumas referências à comercialização e à livre navegação nos rios Uruguai, Paraguai e Uruguai, tanto para embarcações brasileiras quanto argentinas, com sujeição apenas aos devidos regulamentos fiscais e políticos. O rio Uruguai pelo que apreende-se nem entrava nas discussões sobre limites, pois era já o divisor natural de dois territórios que antes faziam parte de um espaço, já dividido pelas diferentes formas de povoação.

Várias e sucessivas foram as tentativas de chegar a um acordo quanto a essas terras, tanto que em 7 de setembro de 1889, foi assinado em Buenos Aires o tratado para por fim a estas diferenças. No entanto, pouco depois, em 5 de novembro foi assinado no Rio de Janeiro o tratado que convencionava pôr sob a decisão do Presidente dos Estados Unidos a questão dos limites. Porém, em 23 de janeiro de 1890, em Montevideú, foi assinado novo acordo que praticamente anulava o último tratado assinado em 5 de novembro e decidia pela divisão da metade das terras para cada país.²¹

Este último tratado foi rejeitado pela Câmara dos Deputados do Império em votação arrasadora e com uma rejeição espantosa por todos quanto estavam envolvidos na questão da demarcação dos limites. Para o Brasil os tratados anteriores continuavam valendo. Foi então que o Barão d'Aguiar de Andrada novamente entra em cena e vai para Nova York defender a questão dos limites frente ao Presidente Grover Cleveland dos Estados Americanos. O problema foi maior quando o Barão faleceu cinco meses antes da defesa e foi nomeado em seu lugar o Barão do Rio Branco, famoso pela sua capacidade diplomática. Foi então que ficou definido pelo Presidente Cleveland que o Brasil teria de volta 1.263 Km de terras na

²¹ Ver em RIBEIRO, João. *Fronteiras do Brasil*. Salvador: Progresso Editora, s.d.

fronteira com a Argentina. Em 1898 foi assinado o Tratado do Rio de Janeiro, onde ficavam limitadas fronteiras entre Brasil e Argentina da seguinte forma:

(Art.1º) – A linha divisória entre o Brasil e a República Argentina começa no rio Uruguai defronte da foz do rio Quarahim e segue pelo *talweg* daquele rio até a foz do Pepiriguaçu. A margem esquerda ou oriental do Uruguai pertence ao Brasil e a direita ou ocidental à República Argentina.

(Art.2º) – Da foz do rio Pepiriguaçu a linha segue pelo alveo desse rio assás encachoeirado até à sua cabeceira principal, de onde continua pelo mais alto terreno até à cabeceira principal do rio Santo Antônio e daí pelo seu alveo até sua embocadura no rio Iguaçu, de conformidade com o laudo proferido pelo Presidente dos Estados Unidos da América. Pertence ao Brasil o território a leste da linha divisória em toda a extensão de cada um dos rios e da linha que divide o mais alto terreno entre as cabeceiras dos mesmos rios. Pertence à República Argentina o território que fica a oeste.

(Art.3º) – Da boca do rio Santo Antônio a linha segue pelo *talweg* do rio Iguaçu até à sua embocadura no rio Paraná, pertencendo ao Brasil a margem setentrional ou direita do mesmo Iguaçu e à República Argentina a meridional ou esquerda.

(Art.4º) – As ilhas do Uruguai e do Iguaçu ficarão pertencendo ao país indicado pelo *talweg* de cada um desses rios. Os Comissários demarcadores, porém, terão a faculdade de propôr a troca que julgarem aconselhada pelas conveniências de ambos os países e que dependerá da aprovação dos respectivos governos.²²

No período que vai de 1901 a 1904, foram postos os pequenos marcos que definiriam os limites. Esta questão de limites foi comentada por um político argentino da seguinte forma: “Liquidou-se uma questão. Na realidade, os litigantes foram a Espanha e Portugal e não a Argentina e o Brasil.”²³

O COMÉRCIO ILÍCITO

A fronteira sempre se apresenta de forma contundente dentro de um estado ou nação, pois a partir da demarcação de limites entre um território e outro que surgem incongruências, manifestações e diversidades preponderantes dentro do espaço, que pode ter já uma identidade muito mais voltada ao exterior do que ao interior que a incorpora.

Essa região da fronteira oeste do Rio Grande do Sul teve, principalmente a partir do século XVIII, grande participação no tráfico de todo e qualquer tipo de mercadorias que eram

²² RIBEIRO, João. Op. cit. p.43-44.

²³ Idem. p.45.

contrabandeadas das regiões vizinhas e passavam, ou pelo menos, eram escondidas nessa região por não haver patrulhamento e tão pouco fiscalização. E a partir de então:

Foi imensa a significação que teve o contrabando platino e gaúcho para explicar à luz de uma interpretação abrangente, a interação mercantil que uniu, em dada época, numa só idéia de interesse, a extração e comercialização de couros e a movimentação, no espaço meridional do Brasil, de vacuns, asininos e cavalares.²⁴

Os changadores efetivavam trocas onde os produtos oferecido eram aqueles derivados do gado que se encontrava em larga escala nas planícies uruguaias e de Entre Rios. Dessa forma, o contrabando ocorria da forma que os gados eram passados de uma região para outra sem a menor contestação de alguma autoridade, pois:

Os portugueses, e seus aliados ingleses, tinham produtos para vender; os colonos espanhóis necessitavam desses produtos e tinham os seus próprios para oferecer em troca; era, pois, para vantagem de ambas as partes que semelhantes tocas se fizessem.²⁵

Da mesma forma ocorria com os produtos trazidos para o norte a partir das transações efetuadas no sul do Estado Oriental, pois aqui os produtos eram revendidos às povoações nascentes no início do século XIX. Com a fiscalização posta nas regiões mais ao sul da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, os espano-plateiros começavam a apresentar documentos que comprovassem sua permanência e os motivos do abate do gado para Buenos Aires, no entanto, esses ofícios de licença também passaram a ser falsificados para conseguir a matéria-prima do contrabando sulino, o gado.²⁶

Portanto, a história da formação destas fronteiras estão ligadas mais intimamente à questão alfandegária, de reconhecimento de direitos e veiculação de mercadorias, pois a exigência de determinados produtos para consumo e sua facilidade de aquisição por vias não legais muitas vezes antecipou a legislação do tráfego mercantil, dando vãsão ao contrabando.²⁷

Em função da sobrevivência e a mercê de intercâmbios, as povoações às margens do rio Uruguai vão se formando, criando um longo corredor mercantil, pois se dispõem uma

²⁴ ANTUNES, Maria Ignácia de Souza. *Raízes sócio-econômicas de Alegrete*.

²⁵ ANTUNES, Maria Ignácia de Souza. *Idem*. Op. cit. p.184.

²⁶ *Idem*. p. 185-187.

²⁷ Ver PONT, Raul. *Subsídios para a história do contrabando*. Uruguaiana: Centro Cultural Dr. Pedro Marini, pasta 95, GAV.11, nº13.

frente a outra, e no caso de Uruguaiana, formando uma tríplice fronteira, um entreposto comercial e populacional que facilitaria o comércio, ao mesmo tempo que chamava atenção de comerciantes ilegais.

Segundo Guilhermino César, são cinco as portas de entrada de culturas distintas que se encontram num processo de expansão e ocupação de uma região praticamente vazia: a costa Atlântica; a Fronteira Oeste; o baixo nordeste, comprimido entre a orla do mar e o sopé da Serra, o Norte florestal e as coxilhas do sul.²⁸

A partir desse momento, emerge uma riqueza que vem se instalar nas margens do rio Uruguai em busca de benefícios e fugindo das dificuldades que assolavam os estrangeiros que se encontravam nas grandes capitais do Prata, refugiados por problemas que refletiam a situação da Europa, onde a “Primavera dos Povos”²⁹, em 1848 gerou lutas pela disputa do poder nas mais diversas nações.

Com a abertura dos portos fluviais dos rios Paraná e Uruguai a partir da assinatura do tratado de livre comércio entre os países do Prata (Argentina, Brasil e Uruguai), abriu-se a frente para que se estabelecesse um forte comércio entre as cidades do interior dos países até a Bacia do Prata, mais especificamente Buenos Aires e Montevideú.³⁰

Dessa forma, como nos diz Guilhermino César, vemos que:

Na Campanha e na Fronteira Oeste, regiões onde era maior o atrito econômico e político com os vizinhos, o terreno estava preparado para receber jubilosamente, com a complacência postulada por Manuel de Magalhães, as correrias do comércio clandestino.³¹

Anteriormente, os governadores das províncias de Entre Rios, Santa Fé e Corrientes do lado argentino, tomavam medidas que visavam facilitar a navegação e transporte de

²⁸ CESAR, Guilhermino. *O contrabando no sul do Brasil*. Caxias do Sul: UCS – EST, 1979.

²⁹ Segundo Hobsbawm, a chamada “Primavera dos Povos” em 1848 se caracterizou por “explosões simultâneas continentais ou mundiais... extremamente raras” (p.30); “[...] foi claramente, e sobretudo em termos internacionais, uma afirmação de nacionalidade, ou melhor, de nacionalidades rivais.” (p.101). Verificar em HOBBSAWM, Eric J. *A era do capital* (1848-1875). 3.ed. Trad. Luciano Costa Neto. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

³⁰ MEDRANO, Lilia Inês Zanotti de. *A livre navegação dos rios Paraná e Uruguay: uma análise do comércio entre o Império Brasileiro e a Argentina (1852-1889)*. São Paulo: USP, 1989. Tese (Doutorado em História). Departamento de História, Instituto de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1989. (não editada). p.149-151.

³¹ CESAR, Guilhermino. Op. cit. p.41.

produtos através do rio Uruguai, pois o porto de Buenos Aires estava bloqueado por intervenção anglo-francesa, o que obrigava aos portos do interior a fazer várias cabotagens e transbordos, a fim de driblar a fiscalização.³²

Assim, vemos que a tentativa de fugir e burlar o domínio portenho aos demais estados da Confederação Argentina criou uma rede de ligações fluviais que praticavam tanto o comércio lícito quanto o ilícito, ficando isso tudo, regularmente praticado com o conhecimento dos governos, formando uma das primeiras ligações mercantis entre os argentinos e o Império Brasileiro.

Durante a guerra várias ocasiões devem ter sido fortemente propícias ao desenvolvimento do contrabando, em uma fronteira atacada, desprotegida de qualquer fiscalização, tendo em si somente os olhos das armas dos inimigos e principalmente dos aliados que aqui se encontravam efetivando conchavos, enlaces momentâneos com o Império, e a fronteira, como diz Guilhermino César: “na guerra ou na paz, a lei da fronteira, como que inspirada no mito de Ariel, planava acima do bem e do mal.”³³

CONCLUSÃO

A partir de um projeto político e econômico o território que hoje compreende o Rio Grande do Sul começou a ser visto de maneira diferente pelos olhos europeus, mais especificamente ibéricos. Assim, se iniciou uma leva de ocupações, avanços e retrocessos no processo de fixação de divisas que obedeciam apenas a uma geopolítica desenvolvida por uma coroa sedenta por terras e soberania na América do Sul. Do outro lado, tínhamos a coroa vizinha de além de mar, Portugal, que também buscava uma territorialidade que fosse oportuna para suas ambições econômicas e políticas, principalmente envolvidas com a região do Prata.

Portanto, foi fundamental a relação ocorrida entre a região, as opções que Uruguaiana dava ao comércio e conseqüentemente à economia local e internacional, pois o estrangeiro, bem como os estancieiros que criavam o gado principalmente para o fabrico do

³² Idem.

³³ CESAR, Guilhermino. Op. cit. p.59.

charque, foram se inserindo numa “geoeconomia”, onde as condições naturais dos três países: Brasil, Argentina e Uruguai, auxiliaram e permitiram que se desenvolvesse uma rede comercial no entroncamento das três fronteiras.

Acreditamos que através da análise a partir de um ponto de vista econômico de uma região de fronteira, que tinha uma formação recente mas que nasceu sob a insígnia da revolução farroupilha como um ponto de escoamento, é que alcançaríamos uma satisfação aos questionamentos e hipóteses levantadas. Chegamos ao fim do trabalho e cremos ter satisfeito uma série questões sobre diversos fatores que produziram alterações significativas e marcos importantes na história de Uruguiana, na região da fronteira oeste e no Rio Grande do Sul.

OBRAS CONSULTADAS

CAMARGO, Fernando. **O Malón de 1801**. Porto Alegre: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Tese para obtenção de Grau de Doutor em História. Dez. 1999.

CESAR, Guilhermino. **O contrabando no sul do Brasil**. Caxias do Sul: UCS – EST, 1979.

DOCCA, Souza. **Limites entre o Brasil e o Uruguai**. Rio de Janeiro: Oficina Gráfica, 1939.

FONSECA, Pedro C. Dutra. **RS: economia e conflitos políticos na república velha**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

GIL, Fernando *apud* MARTINS, Rui Cunha. Fronteira, referencialidade e visibilidade. In: **Estudos Ibero-americanos**. Revista do Departamento de História. Porto Alegre: PUCRS, ed. Esp., n.1, 2000.

GOUVEIA, Maurílio de. **Marquês do Paraná, um varão do Império**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1962.

HOBBSBAWM, Eric J. **A era do capital (1848-1875)**. 3.ed. Trad. Luciano Costa Neto. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

MAGNOLI, Demétrio. **O corpo da pátria**. Imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912). São Paulo: Unesp/Moderna, 1997.

MEDRANO, Lilia Inês Zanotti de. **A livre navegação dos rios Paraná e Uruguay: uma análise do comércio entre o Império Brasileiro e a Argentina (1852-1889)**. São Paulo: USP, 1989. Tese (Doutorado em História). Departamento de História, Instituto de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1989. (não editada).

MONTEIRO, John. **Os negros da terra**. São Paulo: Editora Terra, 2000.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História do Rio Grande do Sul**. 8. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997.

PONT, Raul. **Campos Realengos**: formação da fronteira sudoeste do Rio Grande do Sul. Vol. II. Porto Alegre: Renascença, 1983.

_____. **Campos Realengos**: formação da fronteira sudoeste do Rio Grande do Sul. Vol. I. Porto Alegre: Renascença, 1983.

_____. **Subsídios para a história do contrabando**. Uruguaiana: Centro Cultural Dr. Pedro Marini, pasta 95, GAV.11, nº13.

QUEVEDO, Júlio; TAMANQUEVIS, José C. **Rio Grande do Sul**: aspectos da história. 4.ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1995.

_____. **Guerreiros e Jesuítas na Utopia do Prata**. São Paulo: Edusc, 2000.

RIBEIRO, João. **Fronteiras do Brasil**. Salvador: Progresso Editora, s.d.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem ao Rio Grande do Sul**. Trad.: Adroaldo Mesquita da Costa. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1997.

SILVEIRA, Helder Gordim da. *Argentina X Brasil*: a questão do Chaco Boreal. Porto Alegre: Edipucrs, 1997.

SPALDING, Walter. **A epopéia farroupilha**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1963.

ZARTH, Paulo Afonso. **História agrária do Planalto Gaúcho**: (1850-1920). Ijuí: Unijuí, 1997.